



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

1 Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h34min em
2 segunda chamada conforme Regimento Interno deu-se início a nona Reunião Ordinária desta
3 gestão, com a presença de 21 (vinte e um) conselheiros, sendo 14 (quatorze) titulares e 07 (sete)
4 suplentes, conforme lista de presença. Com a ausência da presidente do conselho, o Secretário
5 Geral Sr. Edilberto Santos de Goes assume a condução dos trabalhos iniciando a reunião. **1º**
6 **item – Aprovação da ATA da R.O. de 16/02/2022:** como já foi enviada a ATA com
7 antecipação para apreciação do pleno. Não havendo observações ao texto o Secretário Geral
8 coloca a mesma em votação, e é **APROVADA** por unanimidade. **2º item – Informes gerais/**
9 **Informes das comissões:** O secretário geral inicia os informes falando sobre a eleição dos
10 conselhos gestores das unidades e da eleição suplementar para vacâncias do Conselho de Saúde,
11 que está suspensa até que o movimento de greve dos servidores acabe. Após o termino da greve
12 se contará 30 dias para uma nova divulgação, e datas limites para as inscrições. A respeito dos
13 requerimentos que não foram respondidos gestão até a presente data, porém fala que é de
14 interesse da gestão satisfazer os questionamentos dos conselheiros, e tem se esforçado para
15 atender esse pleito. O secretário geral fala que logo mais será apresentado o Plano Anual de
16 saúde 2022 pela Coordenadora do Planejamento a Enfª Elenice, explicando os tramites desse
17 processo. Sobre as comissões internas, o secretario geral fala sobre a dificuldade da comissão
18 executiva enfrenta em dar suporte às mesmas, por causa de uma série de fatores, porém se
19 compromete a ter mais empenho quanto ao suporte às comissões internas. A respeito da
20 divulgação de informações do conselho, o conselheiro Marcelo Arias fala sobre a comissão de
21 comunicação do conselho, há um decreto municipal que ajusta toda a comunicação da gestão e
22 também dos conselhos municipais, porém em sua visão o conselho de saúde é autônomo e não
23 está inserido neste contexto da comunicação municipal. Acha importante a reunião com a
24 responsável pela comunicação a Srª Hanna com a comissão de comunicações do Conselho, mas
25 em sua visão o conselho deveria ter o seu próprio canal de comunicação para divulgação dos
26 seus trabalhos. Neste tema o conselheiro Edilberto concorda com o conselheiro Marcelo a
27 acrescenta que o Conselho tem vida própria e nada impede de criar seu meio de comunicação,
28 mas que também é dever do Conselho em atender o decreto municipal e fornecer as informações
29 para estarem disponibilizadas nos canais oficiais da prefeitura. A conselheira Clarice pergunta
30 se foi extinta a comissão de divulgação, o conselheiro Edilberto fala que não, na sequência a
31 conselheira fala que a presidência do conselho deveria se ocupado por alguém da sociedade civil
32 e não do governo. O conselheiro Alfredo Martins fala em relação à Comissão de Prestação de
33 Contas, que aguarda respostas a alguns questionamentos feitos e que após dois meses nada
34 chegou, e com isso não existe condição de fazer o relatório ao pleno indicando a sua aprovação, e
35 que essas respostas precisam chegar em tempo hábil para a análise das mesmas. **3º item –**
36 **Apresentação da Programação Anual de 2022:** A Coordenadora da Diretoria de
37 Planejamento, a enfª Elenice apresenta a Programação Anual utilizando slides, para o maior
38 entendimento dos conselheiros. Ao final da apresentação foi respondidos os questionamentos
39 dos conselheiros, e superada essa etapa o Secretário Geral coloca a matéria em votação, sendo
40 **APROVADA** por unanimidade. O conselheiro Marcelo Arias sugere que as matérias sejam
41 avaliadas pelas comissões, que poderá solicitar ajuda dos diretores para realização desse
42 trabalho e após sejam enviadas ao pleno apenas para avalizar a sua aprovação. No mesmo tema
43 o conselheiro sugere que seja montado um calendário para organizar os trabalhos das
44 comissões. **4º item – Palavra dos conselheiros:** Pela ordem de inscrição, faz uso da palavra o



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

45 conselheiro Fabio Moura e fala sobre a sua solicitação para participar da Comissão de Avaliação
46 e Controle, por achar que os servidores que atuam nesta comissão ficariam em situação
47 desconfortável, e seria interessante alguém da sociedade civil. O Secretário Geral fala ao
48 conselheiro que ira colocar novamente no grupo de Whatsapp do Conselho, a relação dos
49 integrantes de cada comissão para conhecimento geral. O Segundo Secretário Marcelo Arias
50 sugere que o Secretário Geral monte um grupo de Whatsapp para cada comissão e todos os
51 titulares e suplentes deverão estar em alguma comissão. Continuando o conselheiro Fabio
52 Moura solicita que todas as comissões tragam relatórios de seus trabalhos ao pleno. O
53 conselheiro fala da sua solicitação feita na reunião anterior sobre as visitas dos Agentes
54 Comunitários, pois recebe várias reclamações da falta de visita dos agentes, e o mesmo
55 constatou que os agentes tem se ocupado de serviço administrativos dentro das unidades, sendo
56 que não é sua função, pois deveriam estar nas ruas realizando as visita. A Dr^a Paola diretora da
57 Atenção Básica fala ao conselheiro que as visitas dos agentes durante a pandemia estavam
58 suspensas e durante esse período muitos ficaram realizando trabalhos nas recepções dos postos,
59 mas agora as atividades externas estão liberadas e as equipes estão sendo cobradas para
60 realizarem as visitas. O conselheiro Fábio Moura replica falando que tem casos que o cidadão
61 está a três anos, ou seja antes da pandemia, sem receber a visita dos agente em sua casa. A Dr^a
62 Paola em resposta ao questionamento do conselheiro Alfredo Martins sobre o tempo e renovação
63 do contrato dos agentes fala que será realizada uma nova contratação, pelo fato da atual estar
64 irregular. Então ficar acordado que na próxima reunião ordinária será dada a devolutiva sobre
65 a situação contratual dos agentes comunitários de saúde. O conselheiro Marcelo Arias no uso da
66 palavra apresenta ao pleno uma proposta de moção de apoio a greve dos servidores pela
67 reposição salarial, e relata que o movimento de greve não é responsável pela defasagem
68 histórica dos funcionários de enfermagem nos plantões, e considera a acusação da gestão injusta
69 e relata que em várias reuniões do conselho anteriores a greve já se discutia essa dificuldade,
70 acrescenta que nenhuma unidade de saúde está parada. Em seguida o conselheiro Marcelo
71 Arias lê na integra a proposta de moção de apoio a greve dos servidores de São Vicente, após
72 solicita que seja colocada em votação. Na sequência o conselheiro Marcelo Arias solicita a
73 terceirizada ACENI coloque um quadro dos funcionários que trabalham nas unidades
74 administradas por ela a titulo de facilitar a fiscalização das atividades da mesma, e sugere
75 também que seja estendida essa prática a todas as unidades da prefeitura municipal, tendo a
76 vista as vacâncias e as presenças. A conselheira Marion solicita um aparte e fala que nos
77 primeiros dias desta gestão foi solicitado a cada unidade que mantivesse em local visível um
78 quadro dos funcionários. A conselheira Marion considera legitima a moção e também a
79 reivindicação dos servidores, porem fala que esta gestão assumiu a um ano herdando diversos
80 problemas de cunho financeiro, em relação até mesmo a arrecadação, e solicita a compreensão
81 pois existem barreiras enormes que impossibilitam a gestão de valorizar os servidores como
82 gostaria de fazer, e pede um voto de confiança pois no decorrer do tempo será visível a
83 concretização os esforços neste sentido. O pleno faz um breve debate sobre alguns pontos da
84 moção apresentada, e se mostram favoráveis ao mérito da mesma. Na sequência o secretário
85 geral coloca a proposta de moção em votação sendo **APROVADA** por unanimidade, e será e
86 digitada e encaminhada para publicação. Com a palavra o conselheiro Alfredo Martins, que fala
87 sobre um requerimento proposto e enviado a secretária de saúde solicitando esclarecimentos ao
88 futuro Hospital Municipais da linha vermelha, no tocante as ações para solucionar os problemas



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

89 das enchentes do local, da falta de transporte público desta região. Como se trata de um
90 investimento na ordem de R\$ 50.000.000,00(cinquenta milhões de reais) do dinheiro público
91 neste empreendimento. E a resposta enviada pela gestão no tocante ao transporte público, fala
92 que até a data da inauguração do Hospital Municipal, novas linhas de ônibus estarão em
93 atividade na localidade. Com relação às enchentes, o conselheiro lê a resposta ao pleno e conclui
94 que não satisfaz ao que foi solicitado e pede que a mesma seja reiterada a gestão para que desta
95 vez possa responder de maneira clara e objetiva. Com a anuência do pleno a solicitação será
96 reiterada junto a Secretaria de Saúde. Com a palavra o conselheiro Marcelo Souza, fala sobre o
97 final do texto da moção, que expressa solidariedade ao Sindicato dos Servidores, e isso inicia um
98 debate sobre o tema, no final os conselheiros Emerson Santos, Alfredo Martins e Marcelo Souza
99 se manifestam contrários a alteração texto, uma vez que já havia sido aprovado em votação,
100 considerando um ato já superado. Continuando o conselheiro Marcelo Souza fala sobre os ônibus
101 da Otrantur, que se não existem hoje veículos para atender a cidade de forma satisfatória, quem
102 garante que haverá para criação de linhas novas para atender a área onde será o Hospital
103 Municipal de São Vicente. Fala que isso trará dificuldades aos servidores que irão trabalhar no
104 local, fora o problema das enchentes, que aumentara a dificuldade de acesso desses servidores
105 ao local de trabalho. Na sequência fala que não existe projeto de macro drenagem para a região
106 onde será o Hospital Municipal, fora o fator segurança, pois no local existe uma cracolândia. A
107 conselheira Emmily reitera a fala do conselheiro Marcelo Souza sobre a ineficiência do
108 transporte publico atual, e acrescenta que na apresentação do Plano Municipal de Saúde,
109 questionou o Prefeito Kayo Amado sobre esse tema e não recebeu até a presente data a
110 devolutiva. O conselheiro Marcelo Souza ainda com a palavra questiona sobre os projetos que
111 não vão adiante, e também sobre as emenda dos vereadores com prazo de entrega que estão
112 para perder o prazo. A conselheira Marion explica que as emendas impositivas deste ano são
113 gerenciadas e monitoradas pela diretoria de planejamento que distribui as demais diretorias,
114 mas fala que não tem prazo esgotado. A enfª Elenice do Planejamento fala que as emendas de
115 vereadores têm prazo de 12(doze) meses, porem não existe nenhum prazo perdido. Pergunta o
116 conselheiro Marcelo Souza sobre o limite da idade da frota que serve o TFD (Tratamento Fora
117 do Domicílio), referente ao contrato celebrado. Solicita que seja apresentado o contrato de
118 locação desses veículos que servem o TFD. A conselheira Marion fala ao conselheiro que esta
119 gestão fiscaliza todos os contratos e exige o cumprimento dos mesmos em sua totalidade,
120 através dos diretores que são os gestores dos mesmos. O conselheiro Marcelo Souza pergunta
121 sobre a manutenção dos ares condicionados, e a conselheira Marion fala que a coordenação da
122 manutenção teve uma reunião com a empresa e constatou que sua equipe não completa como
123 está preconizado no contrato, sendo assim a empresa será notificada. O conselheiro Marcelo
124 Souza fala sobre o UBS da Ponte Nova, que pelo fato de haver outra invasão nesta região a
125 demanda irá aumentar, e apenas um médico na unidade não seria suficiente para atender esse
126 aumento de demanda. A conselheira Marion fala que será necessário monitorar para avaliar a
127 situação e após promover a ação. Com a palavra a conselheira Sheyla Monzillo, fala que no
128 portal da transparência o efetivo necessário de auxiliares de enfermagem é de 700 (setecentos),
129 porem apenas 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) estão no quadro de servidores efetivos,
130 tendo uma defasagem de 236 profissionais, e quando a justiça soltou uma liminar onde teriam
131 que estar presentes ao trabalho no período de greve 80 % dos trabalhadores da saúde, porém os
132 equipamentos de saúde não têm os 100% que está previsto. A conselheira Marion rebate falando



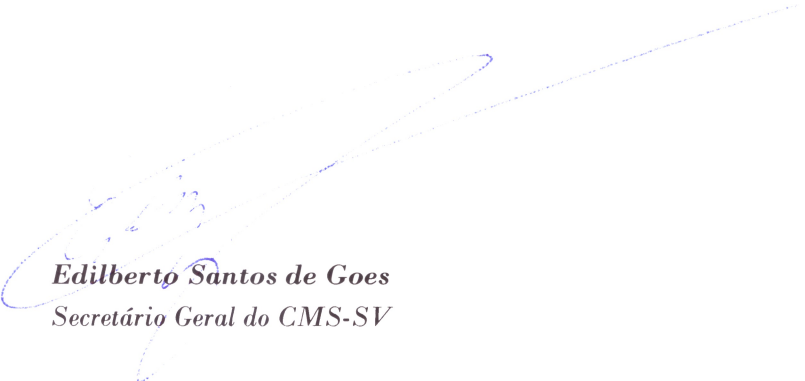
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

133 que essa conta é feita sobre o numero de servidores atual. Pergunta como resolver essa déficit
134 de auxiliares de enfermagem sendo que o teto de gastos estipulado pela lei de responsabilidade
135 fiscal não permite mais contratações por concurso? A conselheira Marion fala que o problema é
136 a abertura de unidades feitas sem planejamento. Início a um debate entre os conselheiros
137 Marcelo, Sheyla e Marion sobre o tema, ao fim a conselheira Sheyla pede que o conselho solicite
138 que a gestão apresente a real situação de RH por unidade da saúde hoje. Na sequência a
139 conselheira Sheyla relata uma situação onde no terceiro andar do CREI havia 53 pacientes para
140 três auxiliares de enfermagem, e considera que isso é massacrar o servidor. Complementa que
141 isso contribui para o alto numero de afastamento desses servidores por problemas de saúde,
142 fora os sequelados pela COVID que não agüentam trabalhar, e não acha justo culpar os
143 auxiliares de enfermagem dos problemas da Saúde, pois estão cansados e não tem culpa das
144 falhas na estrutura da Saúde em si. O conselheiro Marcelo Arias faz uma ponderação sobre o
145 tema e fala que a saída seria a medida impopular de fechar unidades e centralizar os serviços,
146 fala também sobre dois extremos que é o servidor que está afastado por realmente não estar
147 bem, e outros que estão afastados por psiquiatria e estão ativamente nas redes sociais
148 demonstrando uma vida dentro da normalidade e recebendo seus proventos sem trabalhar. O
149 conselheiro Marcio Antônio no uso da fala, pergunta em qual nível estaria à falta de
150 planejamento no respeito à gestão das unidades de saúde, seria apenas das gestões anteriores
151 ou nesta gestão também. A conselheira Marion fala que, por exemplo, no caso PA do Rio Branco,
152 que atende todas as condições necessárias para um bom atendimento a toda a área continental,
153 porém não tem aceitação tanto política como da sociedade civil. O conselheiro Marcio Antônio
154 fala que seria interessante um curso de formação e capacitação para os conselheiros, a fim de
155 serem aptos a compreenderem as matérias apresentadas ao pleno. O mesmo conselheiro fala
156 sobre a Comissão de Avaliação e Controle, que todos podem participar dos trabalhos, acrescenta
157 que as visitas ao CREI da comissão que estavam paradas aguardando algumas ações do
158 prefeito, que não se aconteceram, irão voltar à ativa. A arquiteta Érica fala toda estrutura que
159 falta no CREI tanto a pacientes quanto aos funcionários estará neste novo Pronto Socorro.
160 Neste tema o pleno reclama que o Sr. Prefeito deu um prazo para o funcionamento do novo
161 equipamento que não foi cumprido. A conselheira Michelle Barbosa no uso da palavra fala que
162 esta lotada no PS do Humaitá, e que lá estão a mais de quinze dias sem geladeira, e não tem
163 como conservar os alimentos tendo que comprar comida todo ia para almoçar, tornando a vida
164 difícil uma vez que o baixo salário não comporta tal gasto diário. Não pode pedir manutenção a
165 esta geladeira por ter sido doada por munícipes, e acrescenta que a geladeira que a gestão
166 enviou já chegou sem funcionar e está há três anos sem a devida manutenção ou retirada. O ar
167 condicionado da sala de emergência que passou por manutenção funcionou bem apenas duas
168 semanas, e agora faz um barulho ensurdecedor dificultando que realize procedimentos médicos
169 com tranqüilidade até para o paciente, fora que a sala contém vários monitores para o controle
170 do paciente, fora o calor absurdo da sala ocasionado pelo mau funcionamento do equipamento. A
171 conselheira Marion fala que existem muitos problemas cuja solução parece simples, mas
172 depende de passar por processo burocrático, que acabam atravancando e tornando lenta a
173 resposta para esses problemas. O secretário geral em atendimento a uma solicitação de nomear
174 dois representantes do conselho para compor a Comissão Especial de Prevenção da Mortalidade
175 Materno Infantil. Pergunta ao pleno quem se interessa em representar o conselho, e se
176 apresentaram a conselheira Maria Teresa como titular e o conselheiro João Carlos Guilhermino



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

- 177 como suplente nesta comissão. Sem mais assuntos a tratar o Secretário Geral Senhor Edilberto
178 Santos de Goes agradece a presença de todos e encerra a reunião as 16h52min.



Edilberto Santos de Goes
Secretário Geral do CMS-SV